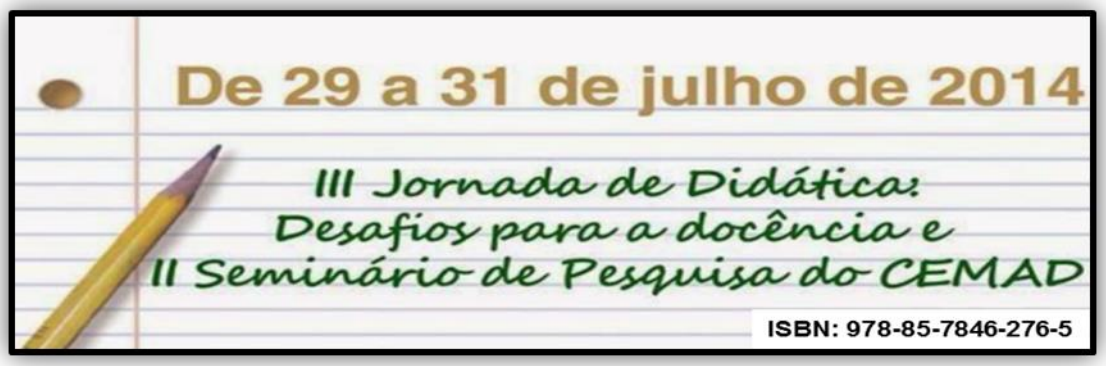


# A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM ALUNOS DE BAIXA VISÃO

Luciana de Sousa Bizetto
SEED/Paraná
lubizetto@hotmail.com

Marta Regina Furlan de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina
mfurlan@uel.br

**Eixo Temático:** Didática e Práticas de Ensino na Educação Básica

## Resumo

Ao pensar sobre a Educação Especial Inclusiva percebemos que essa discussão muito avançou nos aspectos legais e teóricos, entretanto, ainda evidenciamos alguns ranços no cotidiano escolar em que alunos com necessidades educacionais especiais, muitas vezes, estão integrados mas não incluídos por fatores diversos: conteúdos e materiais didáticos adequados; falta de preparo dos professores; salas superlotadas; falta de infraestrutura para a educação inclusiva, etc. Diante disso, o objetivo geral desse texto é refletir acerca da Inclusão no Ensino Regular, tendo como objetivo específico desenvolver uma proposta interventiva com alunos de baixa visão e que estão inseridos em uma das escolas públicas estaduais do Município de Rolândia – Paraná. Esta Proposta de Intervenção Pedagógica na Escola justifica-se pela necessidade de uma compreensão mais digna do que seja a Inclusão no Ensino Regular. É importante afirmar que conforme a formação inicial e continuada dos profissionais da educação é possível estabelecer parâmetros de análise e reflexão para ações efetivas no processo de inclusão.

**Palavras – Chave:** Educação Especial. Inclusão. Ensino Regular. Baixa Visão.

## Introdução

O presente artigo tem o objetivo de analisar e refletir acerca da Educação Especial Inclusiva no Ensino Regular, tendo ainda, a intenção de desenvolver uma proposta de intervenção pedagógica na escola um vez que há a necessidade de uma compreensão mais digna do que seja a Inclusão no Ensino Regular. Conforme a realidade vivenciada na prática pedagógica docente, com relatos e trocas de experiência, percebe-se a necessidade de compartilhar uma reflexão sobre a inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular de maneira que efetivamente se concretize no cotidiano escolar, superando os discursos teóricos e legais que tratam da inclusão. Para compreendermos o processo de inclusão no Ensino Regular, primeiramente se faz necessário entender o processo de formação e profissionalização docente, a fim de que os parâmetros de análise se façam entender quando na discussão sobre a inclusão do aluno com baixa visão no Ensino Regular.

É importante afirmar que conforme a formação inicial e continuada dos profissionais da educação é possível estabelecer parâmetros de análise seja pelo processo de formação em cursos de aperfeiçoamento, palestras, práticas e experiência pedagógica pessoal, seja pelo processo de reflexão e ação no cotidiano do trabalho pedagógico. No entanto, a formação ainda não é algo garantido por todos os professores por diversos fatores, que podem ser registrados como dificuldades financeiras para investimentos em curso e eventos; carga horária disponível para a formação pelos professores; e até, ausência de interesse em se aperfeiçoar nesse campo de discussão. Nesse contexto, há também a incerteza, insegurança e a própria tensão dos responsáveis pela educação inclusiva na educação básica.

Deste modo, segundo Oliveira e Santos (2011) é visível perceber que a formação e atuação dos professores sofreu uma profunda e constante tensão, a saber:

> Uma tensão que se origina de confronto entre sua institucionalidade e sua práxis. São elas: Tensão entre necessidade de preservar valores e a urgência de transformá-los; Tensão entre a importância de reagir a determinados modismos e a emergência de revolucionar determinado conservadorismo; Tensão ao apelo de uma ordem que possa sustentar e fundamentar a ação e a necessidade de um planejamento organizado capaz de fecundar a criatividade; Tensão

> entre a obediência aos estatutos e regimentos e a sensibilidade às aspirações inovadoras da comunidade; Tensão entre a importância da autoridade e a necessidade de diálogo espontâneo; Tensão entre a importância de se concentrarem as decisões e o oportuno convite à difusão do poder; Tensão entre o momento em que é importante o professor se identificar com o aluno, fazendo-se ele mesmo um aluno (OLIVEIRA e SANTOS, 2011 p.1).

Em conformidade com as afirmativas acima, percebe-se a necessidade de compreender que o processo de inclusão está articulado ao processo de formação e emancipação do profissional da educação, entretanto, não depende somente da atuação docente mas de um processo educacional complexo, que exige que o discurso se evidencie no cotidiano escolar com práticas inclusivas emancipatórias[1].

Diante disso, é evidente que os profissionais da educação desenvolvam um trabalho comprometido com a inclusão de alunos com baixa visão no Ensino Regular. Para tanto, há a necessidade de que haja uma organização nas diretrizes do planejamento de um programa de formação pedagógico junto aos professores de licenciatura para inclusão de NEE[2] (VITALIANO, 2007).

Com o surgimento de questionamentos da prática pedagógica inclusiva, sente-se a necessidade de estudar e aprofundar nesse tema, pois é uma das realidades que o Colégio Estadual Professor Francisco Villanueva enfrenta e há necessidade de um trabalho efetivo, direcionado e diferenciado para com o(s) aluno(s) com deficiência visual, principalmente, no que tange à seleção e organização do material de estudo, atividades em diversas áreas do conhecimento e a questão do seu pertencimento enquanto aluno e educando.

Diante desse quadro, o professor se vê impotente em relação às necessidades específicas do aluno com deficiência visual, mesmo que seja um profissional comprometido e confiante no processo ensino aprendizagem. A dificuldade e a angústia também é percebida no aluno que acaba, muitas vezes, não se apropriando do conhecimento como deveria, considerando a falta de adaptação didática e de entrosamento social com o grupo. Este projeto pretende abordar não somente o cognitivo, mas também as relações afetivas e sociais considerando um melhor direcionamento do trabalho pedagógico.

---

[1] Conscientes.
[2] Necessidades Educacionais Especiais.

Diante disso, a partir da proposta de intervenção, pode-se pensar em algumas questões problematizadoras, tais como: Como se constrói o conhecimento dos alunos com baixa visão no ensino regular? Quais as ações efetivas de inclusão desses alunos no processo de ensino e aprendizagem? Qual a relação dos alunos com necessidades educacionais especiais com os demais colegas da turma? Como se constitui a participação destes alunos frente as propostas no ensino regular? Qual a relação entre professor e aluno com baixa visão? Os materiais adaptados contribuem para aprendizagem dos alunos com baixa visão?

Conforme os questionamentos, precisamos ter clara a compreensão de que a educação especial deve ser vista como modalidade que dialoga e compartilha os mesmos princípios e práticas da educação de maneira geral. Para tanto, é preciso que haja um olhar diferenciado e emancipatório para o trabalho com alunos com deficiência visual, exigindo posturas esclarecidas das famílias, profissionais da educação e gestores que estão articulados com as políticas públicas.

Além dessa compreensão é fundamental o entendimento sobre como se constrói a inteligência emocional no processo de ensino e aprendizagem, além de compreendê-la como elemento importante para o bom desenvolvimento no trabalho, no lar e na escola e, está diretamente ligada ao estado emocional do aluno ou qualquer indivíduo (como ele se sente sobre si mesmo) e sua motivação (como ele se sente sobre o assunto). Para o psicólogo Daniel Goleman, o conceito de Inteligência Emocional é vista como maior responsável pelo sucesso ou insucesso das pessoas (GOLEMAN,1998)

No processo aprendizagem, o relacionamento professor e aluno é de suma importância, já que experiências vivenciadas apontam que alunos com baixa visão quase sempre demonstram desinteresse em participar ativamente da construção do aprendizado no ensino regular.

Nesse sentido o objetivo geral dessa proposta é de compreender o processo de inclusão no ensino regular com intervenção junto aos alunos de baixa visão em favor de uma aprendizagem significativa e inclusiva. Como objetivos específicos almejamos entender como se constrói o conhecimento pelos alunos com baixa visão no Ensino Regular; tecer ações efetivas de inclusão dos alunos no processo de ensino e aprendizagem; analisar o processo de interação entre professor e aluno com baixa visão e demais colegas; e, por fim, contribuir na melhoria da autoestima

dos alunos, bem como na elaboração de materiais e propostas de atividades adaptados.

**Metodologia e Estratégia de Ação Pedagógica**

A presente proposta de trabalho será desenvolvido com os alunos de baixa visão do 9º ano do ensino fundamental (Ensino Regular) do Colégio Estadual "Professor Francisco Villanueva" em Rolândia PR. A atuação acontecerá pelo processo de mediação entre alunos e professores com a organização do trabalho pedagógico adequando-o a aprendizagem dos alunos com baixa visão.

Ainda, além das contribuições algumas ações serão necessárias a fim de melhor contribuir no processo de ensino e aprendizagem do aluno com baixa visão, além de complementar o trabalho docente em sala de aula. Para tanto, serão realizadas observações diretas e indiretas em sala de aula, com análise das aulas, material distribuído ao aluno com necessidades educacionais especiais, com critérios de análise sobre as atividades escritas, de leitura, socialização e exploração do ambiente escolar.

A partir desse processo de observação, pela proposta de trabalho serão realizadas algumas intervenções no segundo semestre de 2014 a fim de que os objetivos sejam alcançados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com baixa visão.

As intervenções terão os seguintes encaminhamentos:

1- Interação com a comunidade escolar, professores e alunos da turma.

2- Observação e mediação do aluno em relação à posição da carteira a qual o mesmo permanece diariamente.

3- Averiguação da iluminação da sala e demarcação dos corredores e possíveis reparos.

4- Orientação aos alunos (com baixa visão) para o preenchimento de um questionário que será o norteador das próximas estratégias, com os seguintes questionamentos:

a) Você sabe o que é acuidade visual?
b) Frequenta a sala multifuncional?

c) As atividades realizadas na sala multifuncional são semelhantes ao do Ensino Regular?
d) Que atividades são iguais?
e) Caso sejam diferentes, descreva as atividades realizadas em cada um dos lugares.
f) Qual a melhor posição na sala de aula que facilita sua visualização no quadro e professor?
g) Você utiliza materiais ópticos (lupas, barra de leitura) e não ópticos (cadernos com linhas largas, lápis 6B, luminária) na sala de aula?
h) Que tipo de aula facilita sua aprendizagem, quando o professor expõe as informações ou quando você tem acesso a materiais concretos e adaptados?

5- Estabelecer contato com professores da sala, averiguando o conteúdo trabalhado, confeccionando material adaptado para incentivar professores a produzirem materiais como adequação à metodologia e condução aos alunos de baixa visão a uma participação efetiva para que haja interesse e aprendizagem.

6- Exposição dos materiais adaptados para os demais alunos do colégio.

**É possível a Educação Inclusiva de Alunos com baixa visão no Ensino Regular? Uma pergunta, várias respostas**

Sabe-se, conforme apontamentos históricos e legais a educação especial enquanto modalidade de ensino, é capaz de dialogar a respeito de práticas pedagógicas, da afetividade, da aprendizagem e participação sendo esta discussão recente e que exige de todos os envolvidos com a educação[3] um olhar sobre o aluno com necessidades educacionais especiais.

Diante disso, pode-se pensar em valores de compreensão sobre solidariedade e crença e que esteja articulado nas máximas qualidades humanas pelo processo de potencialidades do ser humano para que sejam superadas possíveis atitudes que possam ser interpretadas como preconceito e discriminação, em relação às diferenças.

[3] Vale considerar que a responsabilidade e ações práticas inclusivas envolve também a família e os gestores com políticas públicas.

Para isso, a metodologia do trabalho consiste em desenvolver observações sobre o uso do material pedagógico que vem sendo oferecido aos alunos com baixa visão, além das observações pensa-se num trabalho de intervenção diretamente com os alunos, no intuito de instrumentalizar a inclusão do mesmo por meio da adaptação do ambiente, material didático e de estudo em favor da ampliação do conhecimento e autoestima do aluno com baixa visão. Para alunos com baixa visão, tornam-se imprescindíveis: a promoção da utilização de recursos ópticos (lupas manuais e eletrônicas) e não ópticos (cadernos de pauta ampliada, iluminação, lápis e canetas adequadas, como facilitadores ou seja, auxiliares da aprendizagem.

É sobre este assunto que trataremos no estudo no PDE; considerando que esta metodologia de trabalho promove o auxílio da ação docente na busca de resultados em relação à aprendizagem de conceitos e ao desenvolvimento de habilidades pelo aluno. Ainda desempenha um papel nuclear em programas direcionados a atender as necessidades especiais dos educandos percebendo estes em toda sua singularidade, lembrando que quando o aluno compreende e participa está desenvolvendo a Inteligência Emocional, ou seja, tendo prazer e compreensão do que lhe é transmitido.

Diante disso, essa proposta de trabalho se faz importante com o propósito de que por meio dessa intencionalidade, possa-se pensar em uma educação digna para a inclusão- baixa visão. É importante salientar que a inclusão escolar é um assunto polêmico. É necessário, contudo que se tenha cautela ao inserir o aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular, estando atento a documentos legais; ao fato de que o ambiente escolar requer preparo no que diz respeito à estrutura física do estabelecimento e na capacitação dos profissionais da educação tanto no cognitivo quanto no afetivo. .

Diante disso, verifica-se que a participação e a aprendizagem com qualidade pelo alunos com necessidades educacionais especiais seja em escolas regulares, seja em escolas especiais, é um desafio emergente, pois exige da escola a prática da flexibilização curricular que se concretiza na análise da adequação de objetivos propostos, na adoção de metodologias alternativas de ensino, no uso de recursos humanos, técnicos e materiais específicos, no rendimento do tempo e espaço escolar, entre outros aspectos. Para que esses alunos exerçam o direito de aprender em igualdade de oportunidades e condições é necessário o envolvimento de todos

os responsáveis pela educação com propostas de intervenção e promoção do saber elaborado a partir de práticas educativas inclusivas (PARANÁ, 2007 p.01).

A noção de inclusão está diretamente relacionada ao direito à igualdade que, desde o século XVIII marca as lutas sociais e um ideário político e social fincado nas relações de democracia e /ou de igualdade (ROSSI e HEREDERO, 2010). Porém no Brasil, como campo de estudo da Pedagogia, foi sistematizada em meados do século XX e, apenas na década de 1960, passou a integrar a organização das Secretarias de Estado da Educação como parte da estrutura e funcionamento dos sistemas de ensino.

A partir da década de 70, aqui no Brasil, é que se observa uma preocupação dos especialistas com a questão da visão subnormal. Até esse momento, a constatação de que muitas crianças “cegas” liam o Braille com os olhos levou os especialistas a uma reformulação, propondo um diagnóstico educacional de deficiência visual que dava ênfase à maneira como o indivíduo é capaz de utilizar a percepção visual em seu processo de aprendizagem (Amirilian, 1997), surgindo a preocupação com o uso do resíduo visual.

A baixa visão e a cegueira adquirida são variáveis de difícil controle, pela diversidade de fenômenos a elas relacionados: diferentes graus de acuidade e eficiência visual e diferentes idades da perda visual. Isso quer dizer que quando há mais de um aluno com baixa visão, não significa que todos tem a mesma possibilidade de enxergar, cada um tem suas particularidades e a metodologia usada pelo professor nem sempre privilegia a todos da mesma forma.

Ainda na década de 70 passou-se a utilizar, no Brasil, o termo “visão reduzida”, mudando-se o eixo da cegueira para a visão, quando os especialistas começaram a se preocupar, cada vez mais, com o uso efetivo de qualquer resíduo visual existente. Embora tivesse havido mudança de foco de “parcialmente cego” para o indivíduo com visão “reduzida”. Com o passar do tempo, essa impropriedade do termo começou a incomodar alguns especialistas. Argumentavam que na realidade não havia visão reduzida, mas um indivíduo que por problemas orgânicos possuía uma capacidade limitada para perceber visualmente o mundo ao seu redor. A partir disso, a terminologia no Brasil, passou a ser “visão subnormal” ou “baixa visão”. Essa terminologia é usado, principalmente nos documentos oficiais.

A questão da baixa visão apontam algumas considerações básicas para que se constitui como primordial. Nesse sentido, conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2007) pode-se inferir algumas que são de grande importância no trabalho da educação inclusiva, a fim de contribuir no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com baixa visão, a saber:

- Organização do espaço e orientação para o uso adequado do mesmo pelo aluno, permitindo a construção da autonomia do aluno;
- Desenvolvimento das potencialidades motoras, com a orientação para a coordenação dos movimentos pelo aluno;
- Envolvimento do aluno com os demais colegas na sala de aula, em situações de interação social a fim de haver a troca de leituras e aprendizagem entre colegas, sendo esses momentos mediados pelo professor.
- Na aprendizagem da leitura e escrita – saber ler e escrever a linguagem comum é de grande importância, possibilitando aos alunos a compreensão do conhecimento articulado com o contexto real e significativo que o envolve, seja em formato de comunicações adequadas as suas limitações de visão.

Por essas razões, a preocupação maior com essa questão centrou-se na busca do melhor uso da visão que o indivíduo possui, obtida tanto por meio de desenvolvimento de recursos ópticos, tecnológicos e educacionais para melhorar a capacidade visual, como pelo incentivo para o treinamento dessa visão.

A Lei nº 9394/96 (Brasil, 1996), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu título V, Capítulo V,art. 58, parágrafo 1º, cita que “[…] haverá quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Em relação ao aluno cego ou com baixa visão, é determinado que os mesmos têm o direito de frequentar a sala multifuncional, no ensino regular não há acompanhamento específico de apoio especializado, somente o atendimento individualizado do professor regente da turma.

A escola inclusiva para Heredero (2005) supõe a passagem da escolarização dos Centros especiais, das chamadas Escolas de Educação Especial, para a Escola Regular para que os alunos se desenvolvam com outros alunos na sua faixa etária.

Verifica-se que o envolvimento de trabalhos e pesquisas ficou centrado nas áreas do conhecimento médico, pedagógico e tecnológico. Estudos e pesquisas sobre os efeitos dessa condição no desenvolvimento psíquico do ser humano, ou sobre as dificuldades afetivo - emocionais que atingem aqueles que se veem limitados no uso da visão, é ainda um assunto pouco explorado.

Com base no que os autores escrevem, e fazendo uma somatória de informações, pode-se afirmar que as interações sociais, a família interagir com a escola, as afetividades, a boa comunicação entre os personagens da escola e o aluno, a possibilidade de uma boa vivência social entre todos, tudo isso cria O desempenho importante na formação da personalidade dos alunos.

**Algumas considerações**

Sem a intenção de finalizar, já que esse texto é apenas uma reflexão parcial do trabalho a ser desenvolvido no cotidiano escolar, podemos pensar que para que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais aconteça, vários fatores são necessários e um deles é preparação dos professores e mudanças conceituais e pedagógicas. Pode-se pensar em mudanças no interior das escolas, bem como um processo de mudança desde os cursos de formação pedagógica nas Universidades.

Alguns autores como Vitaliano (2002); Rodrigues (2004); Costas (2005) afirmam que há o urgente compromisso das Universidades em criar programas de formação continuada, preparação para os professores e profissionais da educação. Os professores que atuam no curso de formação de professores, os denominados de licenciatura também não se encontram preparados para atuar com a diversidade de deficiências, por não ter aperfeiçoamento necessário, podendo comprometer a prática pedagógica. Porém, ela não é única. Há que considerar também a questão do relacionamento entre alunos e comunidade escolar, acessibilidade, recursos pedagógicos, apoio familiar, acompanhamento clínico são fatores que caminham

juntos para uma inclusão de sucesso, onde haja socialização, aprendizagem e realização pessoal.

Tendo como foco a análise das necessidades de adaptações, deduz-se que a prática pedagógica precisa ser desenvolvida com procedimentos educacionais que tenham como base o diálogo constante, a preocupação de identificar como o aluno está se desenvolvendo, bem como a disponibilidade para modificar ou rearranjar situações de aprendizagem.

Estas colocações são alguns dos fatores para que haja sintonia com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, que é a função da escola e do processo pedagógico escolar. Afirma-se, contudo, que somente com a mudança pedagógica na escola não garante a inclusão efetiva dos alunos com necessidades educacionais especiais, entretanto, se a escola tem o compromisso com a formação humana do sujeito, então é seu papel social garantir a educação e o conhecimento dos alunos, dando condições para que isso realmente se efetive no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, deve-se deixar claro o papel da família nesse processo de inclusão e aprendizagem, tendo uma atuação participativa e efetiva na escola. Ainda, a própria sociedade através das políticas públicas de inclusão deve garantir uma vida escolar digna e emancipada dos alunos com necessidades educacionais especiais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Inclusão:** muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2012

AMARALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Sou cego ou enxergo? As questões da baixa visão.** Educar, Curitiba, n. 23, p. 15-28, 2004. Editora UFPR

APOSTILA. Materiais adaptados- **Materiais didáticos**. Disponível em: www.ebah.com acesso em: 07/03/2014 às 20h55min

_____Materiais adaptados: Disponível em: www.menegathy.com.br acesso em: 17/11/2013

HEREDERO, Eladio Sebastián e ROSSI, Célia Regina. **Caminhos da Inclusão percorridos pelo Brasil.**

MELETTI, Silvia Marcia Ferreira e KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. (organizadores). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. Série de Educação Geral. **Educação Superior e Formação Continuada do Educador**.Cap. 6 BRUNO, Marilda Moraes Garcia

PARANÀ, Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículo. Disponível em www.fcee.sc.gov.br acesso em 17/11/2013 às 20h58min

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan; SANTOS, Adriana Regina de Jesus e. **Formação e Atuação do Professor na Sociedade Contemporânea:** Implicações e Possibilidades. Revista HISTEDBR On- line, Campinas, n. 44, p. 47-56, dez 2011.

VITALIANO, Célia Regina. Artigo (relato de pesquisa): **Análise da Necessidade de preparação Pedagógica de Professores de Cursos de Licenciatura para Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais.** Marília, Set.- Dez. 2007, vol. 13, n.3, p.399-414.